

# A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DE CAMPI UNIVERSITÁRIOS - ESTUDO DE CASO DO CAMPUS DA UFSC

**(1) Vivian Dall'Igna Ecker; (2) Nelson Popini Vaz**

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

(1) Mestre, PGAU-Cidade/UFSC - [vivianecker@gmail.com](mailto:vivianecker@gmail.com)

(2) Professor Doutor, PGAU-Cidade/UFSC - [nelson.popini@ufsc.br](mailto:nelson.popini@ufsc.br)

## RESUMO

Este artigo versará sobre a evolução histórica do conceito de *campus universitário*, apresentando as principais referências que orientaram a definição atualmente empregada nas universidades brasileiras. Neste momento em que projetos urbanos de maior envergadura, frequentemente denominados como operações urbanas, passam a exercer maior influência no processo de urbanização, julga-se importante promover o conhecimento e o debate acerca de intervenções urbanas em escala compatível à deste procedimento urbanístico. Este artigo estrutura-se em três tópicos de abordagem. Inicialmente, será apresentada a origem e evolução histórica do conceito, tendo-se, nos padrões europeus e norte-americanos, as principais referências. A seguir, serão apresentadas as políticas que orientaram a implementação de campi no Brasil, quando se intensificaram investimentos na educação superior do país, e descritas as características da configuração espacial dos campi naquele período. Por fim, será apresentado o Campus da UFSC, considerado um marco histórico do período modernista, cuja configuração espacial possui importantes valores socioambientais.

*Palavras-chave: campus universitário; evolução histórica; configuração espacial.*

## ABSTRACT

This article will focus on the historical evolution of the university campus concept, considering the main references that guided the definition currently used in brazilian universities. At a time when projects of larger scale, often referred as urban operations, begin to exert greater influence in the urbanization process, it is important to promote knowledge about interventions on a scale compatible with this urban procedure. This article is structured in three main topics. Initially, it will be presented the origin and historical evolution of the concept, having at the european and north american standards, its main references. Then, it will be presented both the policies, that guided the implementation of campuses in Brazil, and the campuses spatial configuration, when there were intensive investments in higher education in the country. Finally, it will be introduced the Campus of UFSC, considered a landmark of modernist period, whose spatial configuration has important environmental values.

*Keywords: university campus; historic evolution; spatial configuration.*

## 1. INTRODUÇÃO

O campus universitário foi uma categoria de prédios urbanos originada na Europa, posteriormente reinterpretada no contexto norte-americano, que influenciou a configuração espacial das universidades brasileiras. Atualmente, define uma paisagem marcada pela setorização das edificações e pelo desenho paisagístico de seus espaços públicos, com ambiências privilegiadas à realização de atividades acadêmico-científicas. Antes de sua conceituação, não existia nenhum exemplo de cidade totalmente planejada, que reproduzisse as características das cidades tradicionais, porém em um território delimitado, voltado especificamente ao ensino e à pesquisa. No padrão de campus universitário, a pluralidade funcional, a diversidade da comunidade universitária e o caráter democrático dos espaços, contribuem para fortalecer as relações sociais e são fundamentais na formação da cidadania. Seu padrão congrega edificações e espaços públicos em um único lugar, que remete à configuração espacial das universidades.

## 2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS CAMPI UNIVERSITÁRIOS

As universidades tiveram suas origens na Europa, e influenciaram a institucionalização do conhecimento em diversos países. A palavra universidade provém do latim *universitas*, termo utilizado para designar uma corporação ou comunidade, isto é, um agrupamento de pessoas, dedicadas ao mesmo ofício, ou representativas de determinada classe, que viviam próximas umas às outras e tendiam a associarem-se (UFSC, 1964). Somente por volta do século XIV, o termo adquiriu o sentido, atualmente considerado, de instituição destinada à *universalidade do saber* (PINTO; BUFFA, 2009). No contexto europeu, o padrão de *universidade*, instituição secular formalmente concebida, possibilitou que a Europa continuasse protagonizando o sistema de ensino superior: com altos níveis de produção acadêmico-científica, seus pesquisadores são referência mundial.

As primeiras universidades das quais se tem conhecimento, e que representaram o ponto de partida para as atuais referências, originaram-se no século XII, durante a Idade Média (séc. V a XV). Inicialmente, estavam orientadas ao estudo de *direito*, *medicina* e *teologia*. Das mais antigas, têm-se Bolonha (1088), Paris (1170) e Oxford (1167). No entanto, configuravam estruturas informalmente concebidas, nas quais o espaço onde ocorriam as práticas de ensino era caracterizado pela livre associação entre mestres e aprendizes, e as aulas eram ministradas em claustros, escadarias ou ao ar livre (GABORGGINI, 2012). No século XII, as práticas de ensino foram transferidas para espaços fechados ao público (devido a preocupações com segurança), definindo uma barreira física entre a universidade e a cidade. Tais estruturas configuravam unidades sociopolíticas, administrativas e econômicas de suma importância para as pequenas sociedades medievais, com suas guildas e clãs familiares. Foram criadas para a transmissão das técnicas de leitura, escrita e cálculo, e destinavam-se às práticas jurídicas, médicas e comerciais (PINTO; BUFFA, 2009).

Com o seu desenvolvimento, as práticas de ensino foram, gradualmente, transferidas para hospedarias e espaços informais, reformados para atender estas atividades, que resultavam, entretanto, em condições precárias. De acordo com Pinto e Buffa (2009), ainda que insuficientes, estas estruturas constituíram a base para a formação da escola medieval. A partir delas, tem-se a fundação, em 1257, da Escola de Teologia, da qual se originou a renomada Sorbonne, por

exemplo. No século XV, as universidades demandaram edifícios próprios, e foram providas de amplas bibliotecas. As modestas universidades medievais passaram a ter estruturas complexas, coerentes com o processo de aristocratização do período (PINTO; BUFFA, 2009). Conforme cita Pinto; Buffa (2009), *“a elegância do estilo e a perfeição formal tornaram-se forte preocupação dos professores do século XVI; o ensino tornou-se uma cerimônia entre mestres e discípulos”*.

As instituições universitárias nasceram, na Europa, a partir do processo de urbanização das cidades e, desde o início, possuíam caráter urbano intrínseco à sua configuração espacial. Como instituições formalmente concebidas, vincularam-se aos interesses da aristocracia: na Inglaterra, voltadas ao desenvolvimento técnico-científico que impulsionou a Revolução Industrial; na França, com perfil institucional (estatal e político), construtor da identidade ideológica burguesa; e na Alemanha, tardiamente, refletindo a modernização da sociedade conservadora alemã (GABORGGINI, 2012). As universidades, tal como são conhecidas hoje, originaram-se após a Idade Média, quando as tensões sociais se minimizaram e elas foram incluídas ao tecido urbano, iniciando sua progressiva e gradual abertura às cidades em formação, dando origem ao padrão de cidade universitária (NEIL, 2002). A cidade universitária definia uma estrutura autônoma, cujas faculdades eram denominadas *colleges*<sup>1</sup>. Possuía alas de dormitórios, salas de aula e serviços complementares, tais como refeitório, biblioteca, salas de estudo e demais serviços próprios de uma cidade (CAMPÊLO, 2012).



Figura 1: padrão de *quad* das universidades inglesas.

De acordo com Pinto; Buffa (2009), a planta dos *colleges*, inspirada nos claustros de monastérios medievais, adotou o *quad* como forma articuladora do edifício. O *quad* tratava-se de uma área aberta, em formato quadrangular ou retangular, cercada por arcadas, sob as quais a circulação configurava uma galeria de passagem, com aberturas nas laterais integrando interior e exterior da edificação. Tal configuração resultou em um espaço cercado de edifícios, geralmente de dois andares, com áreas de circulação envolvendo uma área gramada no centro. Na maioria das escolas, estes espaços, destinados à circulação e ao lazer, eram utilizados pelos alunos (*seniors*). Assim como nos monastérios, o *quad* articulava os edifícios, e também servia de referencial para a sua eventual expansão: sempre que necessário, um novo conjunto de *quad* e edifícios poderiam ser acrescentados aos existentes. A partir do padrão de *quad*, criou-se o *court*, um espaço, também com edifícios e circulações perimetrais, delimitando a área central, porém pavimentado, ao invés de um gramado central.

<sup>1</sup> A planta dos colleges era inspirada nos claustros medievais, e possuía um pátio interno que articulava toda a edificação. O estilo das edificações inspirava-se na influência monástica da arquitetura gótica e das casas de campo inglesas (PINTO; BUFFA, 2009).



Figura 2: o quad, com as galerias e edificações envolventes.

A configuração espacial das edificações, embora delimitada, explicitava uma clara integração entre a cidade universitária e o tecido urbano: não havia divisões entre a universidade e a cidade, e as distintas faculdades integravam-se organicamente ao tecido urbano, impulsionando o seu crescimento. A cidade universitária era regida por regras acadêmicas próprias, e ofertava ensino e pesquisa, em regime de internato, que objetivava à educação total (formando o cidadão integralmente), com regras de disciplina e dedicação exclusiva aos estudos. A partir deste período, o padrão de cidade universitária inaugurou uma nova categoria de prédios urbanos, que tiveram grande relevância para o desenvolvimento do pensamento ocidental. No século XVI, o sistema universitário representado pelo padrão de *colleges* atingiu seu pleno desenvolvimento. As principais referências tornaram-se as cidades universitárias de Oxford e Cambridge, localizadas na Inglaterra (PINTO; BUFFA, 2009).



Figura 3: campus universitário de Oxford.

“Oxford é agora uma das cidades mais curiosas que existem na Europa. Dá muito bem a ideia das cidades feudais da Idade Média. Vê-se lá reunidas, numa superfície bastante estreita, dezenove faculdades, a maioria das quais conserva com exatidão a arquitetura gótica. (...) O primeiro sentimento que se experimenta quando se visita Oxford é um respeito involuntário pela antiguidade que fundou estabelecimentos tão imensos a fim de facilitar o desenvolvimento do espírito humano, e pelas instituições políticas do povo que as preservou intactas através dos tempos (...).” (TOQUEVILLE apud OLIVEIRA, 2007).

No século XVII, os padrões europeus foram exportados às colônias norte-americanas. O primeiro *college* dos Estados Unidos foi o de Harvard, em 1636 (inspirado em Oxford e Cambridge). Em 1770, surgiram propostas inovadoras, dando origem ao conceito de *campus universitário*. O termo, originário do latim campo, designava a área na qual as edificações eram agrupadas em função de suas especialidades (NEIL, 2002). O campus representava todo o conjunto

universitário, a despeito de estar localizado, efetivamente, no campo ou não: ainda que orientados por padrões e ideais europeus, os campi universitários americanos propunham um território extenso e fechado que, circunscrito no entorno urbano, não configurava com este a mesma integração espacial observável nas cidades universitárias europeias. Diferentemente destas, o campus surgiu, portanto, para descrever o espaço autônomo da universidade – as edificações e seus espaços públicos. Na medida em que as universidades tornaram-se maiores e mais complexas, o campus tornou-se um conjunto independente em relação ao tecido urbano circundante. Definia-se, então, uma espécie de cidade microscópica, uma comunidade com salas de aula e espaços acadêmicos próprios (PINTO; BUFFA, 2009).

No século XIX, os campi norte-americanos consolidaram-se, como territórios definidos e delimitados com o objetivo de estabelecer, dentro de certos limites, suas normas, regras e padrões de ensino, materializados na forma arquitetônica. Desde então, instituiu-se a configuração espacial contemporânea, na qual as edificações, agrupadas em uma área específica, configuram uma centralidade urbana. O padrão de campus universitário permitiu a estruturação das primeiras universidades federais norte-americanas, formalizando estruturas complexas, orientadas ao ensino público gratuito (UFSC, 1964). Ao final do século XIX, a concentração de uma série de faculdades, em um único campus, com administração própria, foi um fenômeno que se concretizou nos Estados Unidos, fruto da expansão das cidades (GABORGGINI, 2012). Um aspecto central da tradição norte-americana de campi é a integração entre as distintas faculdades e amplos espaços verdes (PINTO; BUFFA, 2009). Tal unidade entre arquitetura e paisagismo garantia uma multiplicidade de locais para as interações sociais, onde a comunidade universitária podia reunir-se em espaços paisagisticamente concebidos, qualificados para o estar ao ar livre.

Nos amplos espaços verdes dos campi americanos, as edificações já não se orientavam a partir dos padrões dos *quads* e *courts* ingleses, mas eram implantadas como unidades isoladas na paisagem, possuindo, individualmente, maior destaque. Devido ao distanciamento existente entre as edificações, garantiam-se condições adequadas de habitabilidade. A arquitetura das edificações era projetada em estilo clássico e neoclássico, com fachadas, frontões, colunatas e aberturas bem iluminadas. Este estilo arquitetônico, ao remeter aos ideais clássicos, garantia a representação simbólica da racionalidade destinada aos espaços do saber. Neste novo padrão de espaços universitários, a edificação principal deixou de ser a igreja, como na tradição européia, e passou a ser representada pela biblioteca. As plantas das edificações, geralmente quadradas, já não possuíam pátio central, mas articulavam-se a notáveis espaços verdes, em todas as direções externas. No campus universitário norte-americano, explicitou-se a priorização ao projeto dos espaços abertos, a partir do qual as áreas de convívio, lazer e recreação passaram a protagonizar as práticas de sociabilidade, da comunidade universitária.

No século XX, adotando traçados baseados nos movimentos do *city beautiful* e da *beaux-arts*, os campi dos Estados Unidos, baseados em ideais campestres, receberam influência dos processos de modernização em curso. Neste período, foram construídos uma série de campi universitários nos Estados Unidos. O campus da Universidade de Berkeley é projeto de Olmsted, o Florida Southern College é de Frank Lloyd Wright, o Harvard Graduate Center é de Walter Gropius, o do Instituto Illinois de Tecnologia é de Mies van der Rohe, a Universidade de Harvard tem Le



Corbusier como um de seus autores e o campus do Instituto Massachusetts de Tecnologia é de Alvar Aalto e Eero Saarinen (PINTO; BUFFA, 2009). Após a 2ª Guerra, os campi tornaram-se centros autônomos de ensino, pesquisa e extensão, refletindo os avanços da ciência e da tecnologia, decorrentes da necessidade de reconstrução de sociedades destruídas pela guerra. Desde então, consolidou-se o padrão de campus universitário, como local independente, destinado à pesquisa e à produção científica, cujos atributos de sua configuração espacial contribuem ao cumprimento dos objetivos educacionais.



Figura 4: campi universitários de Harvard e Berkeley.

### 3. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DOS CAMPI BRASILEIROS

No Brasil, as primeiras instituições de ensino superior foram implementadas no século XIX, com a chegada da família real portuguesa, durante o Período Imperial. Inicialmente localizadas em Salvador e no Rio de Janeiro, objetivavam formar quadros para o Estado, tais como a Academia Militar e a Academia da Marinha (PINTO; BUFFA, 2009). A partir de então, implementaram-se os cursos de *direito*, *medicina*, *matemática* e *engenharia* e, a partir da Missão Francesa de 1816, criaram-se os cursos relacionados à Academia de Belas Artes. Neste período, a educação estava diretamente relacionada ao nível cultural da sociedade: o conhecimento era restrito à elite letrada, que possuía o domínio da produção intelectual no país. Estas estruturas universitárias inspiraram-se no ensino superior francês, que possuía um conjunto de *grandes écoles*, altamente elitizadas, orientadas para a formação de quadros de alto nível e controladas pelo Estado<sup>2</sup> (PINTO; BUFFA, 2009). A partir da Proclamação da República, em 1889, a transição do século XIX para o século XX rompeu com as tradições culturais, resultando em um processo de modernização que influenciou a produção arquitetônica e artística nacional.

Este processo, vinculado à ascensão da burguesia intelectual, promoveu transformações nas estruturas de ensino. Em 1920, durante a Primeira República Brasileira, tais transformações demandaram a formalização do ensino superior, fundando-se a 1ª universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ). De acordo com Leite; Panizi (2005) pode-se situar no entorno de 1930 o surgimento de algumas dentre as maiores universidades do Brasil: em 1927, funda-se a Universidade de Minas Gerais; em 1931, a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, que, em 1934, viria a constituir a atual Universidade Federal do Rio Grande do Sul; em 1933, Anísio Teixeira funda a Universidade do Distrito Federal, em 1938 transformada em Universidade do Brasil; e em 1934 o Estado de São Paulo funda a reconhecida USP, Universidade de São Paulo (LEITE; PANIZI, 2005). Em 1931, o ensino superior tornou-se norma no país.

---

<sup>2</sup> Em termos de currículos, conteúdo dos programas, horários e taxas a serem pagas pelos estudantes.



Figura 5: campi universitários da UFRJ, UFRGS e USP.

As primeiras universidades, com faculdades sediadas no centro urbano, foram inspiradas em padrões europeus, e perduraram até o fim do Estado Novo (1937-1945). Nas décadas seguintes, criaram-se uma série de novas universidades, então inspiradas nos campi norte-americanos, cuja configuração espacial, autônoma em relação ao entorno urbano (comparativamente às cidades universitárias da tradição européia), era mais apropriada à tão almejada modernização brasileira: em 1936, Le Corbusier, Piacentini e Lúcio Costa desenvolveram propostas para a Cidade Universitária do Rio de Janeiro; em 1954, Rino Levi projetou a Universidade de São Paulo; em 1946, Mario Russo elaborou o projeto para a Universidade Federal de Pernambuco; em 1960, Hélio Duarte desenvolveu o projeto para a Universidade de Santa Catarina; em 1962, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer desenvolveram o projeto para a Universidade de Brasília (PINTO; BUFFA, 2009). Este foi um período marcante para a consolidação do ensino superior no país.



Figura 6: campi universitários da UFMG, UNB e UFSC.

No entanto, ainda que com o progresso em suas estruturas físicas, a década de 1950 explicitou a situação precária em que se encontrava o sistema de ensino superior: mesmo com a ascensão e os avanços no campo sociocultural, a realidade denunciava as universidades existentes como instituições arcaicas para o processo de modernização em curso. Uma série de críticas colocava em pauta a educação como principal agente ao progresso, demandando a reformulação do sistema de ensino. A principal delas dirigia-se à descentralização das estruturas existentes, cujas faculdades, sediadas em edificações independentes, demandavam a duplicação das disciplinas em mais de um curso, o que gerava a duplicação de custos. Também, a formação superior era orientada por professores catedráticos, com cargos vitalícios, que, embora possuíssem possuíam pleno conhecimento em suas respectivas áreas do saber, influenciavam, por vezes, práticas nepotistas, contribuindo para inflamar protestos estudantis (SCHWARTZMAN, 1988).

A década de 1960 foi marcada pela conjuntura sociopolítica do Regime Militar, quando militares assumiram o governo. Neste período, houveram grandes investimentos no ensino superior, associados à “Campanha do Brasil Grande”, que impulsionou um caráter desenvolvimentista ao país (SÁ MOTTA, 2014). Neste período, a vanguarda do Movimento Moderno, com seus

princípios progressistas, idealizou e implementou campi em diversos estados, objetivando suprir a demanda por espaço físico para as universidades. O principal acontecimento do período foi a Reforma Universitária de 1968. Com a reforma, construíram-se campi universitários vinculados à racionalidade e à funcionalidade do pensamento vigente. A reforma promoveu melhorias no número de vagas ofertadas, na constituição do corpo docente e no montante de egressos às universidades. Houveram ganhos em produtividade, substituindo-se as matrículas anuais pelo sistema de créditos por disciplina semestral. O comprometimento com a qualidade do ensino tornou-se uma pré-condição, promovendo-se, nos meios publicitários, a seguinte expressão: *“Mais escolas sim. Más escolas, não”* (SÁ MOTTA, 2014).

A Reforma Universitária de 1968 foi regulamentada pelo Decreto-Lei 5540/68, e teve como princípio a modernização do ensino superior como pré-requisito para que o país passasse de estado periférico à condição central. A reforma promoveu a ampliação dos campi e do número de vagas, a expansão da pós-graduação e o aumento de verbas para pesquisa. Delineou uma série de condições aos docentes, tais como o regime de dedicação exclusiva, a valorização de títulos na seleção de professores e a política de aperfeiçoamento da formação (WEBER, 2009). Uma de suas principais alterações foi a extinção do cargo de professor catedrático, estabelecendo o regime de tempo integral para o cargo de docente do sistema público federal. A reforma propôs a reestruturação de conteúdos e cursos, garantindo ao recém-formado não somente a abertura ao mercado profissional, mas também a sua integração ao projeto nacionalista de construir o país. Com a reforma, instituíram-se projetos político-pedagógicos que fortaleceram a construção da democracia e elevaram a qualidade do ensino superior brasileiro<sup>3</sup>. Isto possibilitou aos estudantes o conhecimento dos problemas nacionais e a capacidade de, futuramente, neles intervir.

Implementou-se o Plano Nordeste de Pós-Graduação, para expandir a abrangência do ensino superior no país, considerando que a concentração de investimentos dava-se na Região Sudeste, a partir do qual implementaram-se oito novas instituições (UFBA, UFPE, UFC, UFPB, UFRN, UFAL, UFMA e UFS) (CAMPÊLO, 2012). Desde então, oficializaram-se, no Brasil, os campi universitários, amparados no paradigma das universidades norte-americanas – que consideravam a racionalidade construtiva e a funcionalidade administrativa de suas estruturas. Possuíam como diretrizes a flexibilidade (capacidade de adequação ao desenvolvimento), a expansão (dos cursos e vagas), a integração (entre ensino, pesquisa e extensão) e a autonomia (administrativa, financeira e científica) (CAMPÊLO, 2012). Entre as décadas de 60 e 70, a pós-graduação brasileira cresceu em nível exponencial: em 1964, haviam cerca de 20 cursos de ensino superior; dez anos depois, este totalizavam 400 cursos de mestrado e 145 de doutorado, 75% deles funcionando na Região Sudeste (SÁ MOTTA, 2014).

Como melhorias, a reforma promoveu: 1) a criação de centros de ensino, ao invés de faculdades independentes (reduzindo a duplicação de disciplinas); 2) a introdução do ciclo básico<sup>4</sup> (com a formação geral, antes da especialização profissional); e 3) a indissolubilidade entre ensino, pesquisa, e extensão (SCHWARTZMAN, 1988). Como resultado, instituiu-se a dimensão de classe da educação, reunindo contextos socioculturais diversos em um espaço orientado ao

---

<sup>3</sup> Até então, a elite do conhecimento se concentrava num extrato restrito da população, representado pela burguesia ascendente e pelas classes de poder dominante.

<sup>4</sup> A implementação do ciclo básico, entretanto, não funcionou: a unificação dos cursos, em disciplinas que reuniam estudantes com diferentes expectativas, reduziu a motivação para cursá-las, gerando desistências.



ensino, nivelando os estudantes a partir da capacidade intelectual, e não de seu poder aquisitivo ou classe social. Das principais melhorias promovidas a partir da reforma, tem-se (SÁ MOTTA, 2014; PINTO; BUFFA, 2009; WEBER, 2009):

| MELHORIAS PROMOVIDAS A PARTIR DA REFORMA |   |
|--|---|
| 1951                                     | Criou-se o CNPq (Lei nº 1.310), e a CAPES (Decreto nº 29.741).  |
| 1966                                     | Criou-se o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, instituindo-se as universidades como unidades de ensino, pesquisa e extensão, simultaneamente.                                   |
| 1974                                     | Criou-se o Conselho Nacional de Pós-Graduação (Decreto nº 73.411).  |
| 1988                                     | Foi legitimada a Extensão Universitária, implementando-se, nas universidades, as Fundações de Desenvolvimento.  |
| 1996                                     | Instituiu-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394) <sup>5</sup> , atualizada em 1996.   |
| 1997                                     | Regulamentou-se a distinção entre as Instituições de Ensino Superior (IES) voltadas à pesquisa, daquelas dedicadas ao ensino (Decreto nº 2306), denominadas Centro Universitário <sup>6</sup> . |

Quadro 1: principais resoluções pós Reforma Universitária de 1968.

A fim de auxiliar na implementação de novos campi, contou-se com a participação do especialista norte-americano Rudolph Atcon (1921-1995). O modelo proposto por Atcon considerou duas frentes de trabalho, entre os que pensam e os que constroem a universidade (FÁVERO, 2006). Também, propôs a criação do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), objetivando à unificação das instituições. Estabeleceram-se convênios, acordos e contratos entre Brasil e EUA. Os acordos previram a tradução e a publicação de livros, a reestruturação dos planos de ensino e o planejamento de novos campi. Atcon visitou 12 universidades brasileiras, elaborando um relatório final. Este relatório, intitulado “*Manual sobre o Planejamento Integral do Campus Universitário*” apresentava orientações para o plano urbanístico dos campi, definindo diretrizes para a aquisição do terreno, o zoneamento funcional dos centros de ensino, a hierarquia do sistema viário, a definição de gabaritos e tipologias para as edificações (ATCON, 1974). Desde então, passaram a ser elaborados Planos Diretores Físicos<sup>7</sup> para cada nova instituição. O plano urbanístico dos campi sugeria uma área de 5km<sup>2</sup> para a implantação de seu espaço físico<sup>8</sup>, cujo projeto deveria ser desenvolvido por especialista<sup>9</sup>.

O plano urbanístico dos campi possuía amplo detalhamento para as edificações, a fim de garantir a unidade e a homogeneidade do conjunto (em termos formais e construtivos), e previa o crescimento em etapas, conforme as demandas fossem surgindo – condição que era viabilizada a partir da padronização dos elementos construtivos e da modulação estrutural. Desde as primeiras propostas de campi, o zoneamento das edificações, em função de sua especialidade, tornou-se

<sup>5</sup> Esta é a lei que tem maior relevância para o ensino superior, estabelecendo relação com os demais níveis da educação. Era marcada pela intenção de manter estrito controle estatal, a fim de garantir a qualidade da educação. Tinha como meta a construção de um projeto nacional, como política de Estado. Um dos seus relatores foi o antropólogo Darcy Ribeiro.

<sup>6</sup> Os Centros Universitários são fruto do processo de privatização do ensino superior, decorrente da incapacidade do ensino público em incorporar suficientemente a demanda de vagas. São instituições mais limitadas do que as universidades, particularmente no âmbito da pesquisa. Foram criadas com o intuito de massificar o ensino superior, aumentando o grau de abrangência das instituições universitárias.

<sup>7</sup> É importante citar que este planejamento físico, embora não desconsiderasse as relações estabelecidas pela interação campus-entorno, campus-cidade e universidade-sociedade, aprofundaram-se estas questões somente nas décadas seguintes, quando as universidades passaram a considerar a sua integração ao entorno urbano.

<sup>8</sup> Comparativamente, o Campus da UFSC possui 4km<sup>2</sup> de área total.

<sup>9</sup> O projeto deveria prever: análise topográfica, análise do subsolo, análise dos acessos públicos, ligação aos serviços urbanos, estudo ambiental geral e estudo do entorno (ATCON, 1974).

uma prática corrente. Resultou na criação de centros específicos para cada área de conhecimento, articulados por um sistema viário geral, com evidente inspiração nos princípios racionalistas do Urbanismo Moderno. As diretrizes arquitetônicas orientaram-se pelos princípios de flexibilidade, modulação, padronização e zoneamento funcional. Deu-se ênfase construtiva às estruturas em concreto armado, com planta livre, e às superfícies revestidas com materiais de pouca ornamentação. Desenvolveram-se estudos relativos à orientação solar, objetivando a maximização da iluminação natural e da ventilação cruzada, implementando-se dispositivos para o controle da incidência solar direta (tais como brise-soleils e cobogós), e prevendo-se amplas janelas em fita. Na escala urbanística, priorizou-se a setorização de edificações em amplas áreas verdes, tal qual nos campi norte-americanos, delimitando-se vias principais periféricas para os automóveis, grandes ilhas de estacionamento distribuídas no campus (separadas por categorias: docentes, discentes e técnicos administrativos), e vias secundárias, para o acesso local.

#### **4. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO CAMPUS DA UFSC**

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi fundada em 18 de dezembro de 1960, pelo então presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira, a partir da Lei nº 3.849 (NECKEL; KÜCHLER, 2010). Em 2010, comemorou 50 anos de existência. Atualmente, o Campus da UFSC é tido como um polo irradiador de desenvolvimento social e urbano, em nível estadual e federal (PD-CT-2010). Em 1964, a universidade possuía cerca de 5.000 estudantes; atualmente, possui cerca de 35.000 (UFSC, 1964; UFSC, 2015). As suas primeiras faculdades, a Faculdade de Direito e a Faculdade de Ciências Econômicas<sup>10</sup>, datam da década de 1930, quando eram sediadas no centro urbano. Na década de 1950, elaboraram-se projetos para a implantação de um campus universitário, que concentrasse as atividades da universidade. No entanto, houveram divergências para definir a sua localização, e as opiniões dividiam-se entre sediar-la no centro urbano, ou afastada do mesmo, em uma área rural.

Após conflituosos debates, aprovou-se a implantação do Campus da UFSC no Bairro da Trindade, constituindo-se numa intervenção estatal pioneira na região (NECKEL; KÜCHLER, 2010). Inicialmente, a universidade foi denominada Conjunto Universitário da Trindade, configurando um território com administração independente, que abrigava setores de ensino, pesquisa e extensão (UFSC, 1964). Os autores do projeto urbanístico (1º Plano Diretor da UFSC), elaborado em 1956, o arquiteto Hélio de Queiroz Duarte e o engenheiro Ernesto Roberto de Carvalho Mange, foram favoráveis à sua localização afora do centro urbano, a fim de preservar o resguardo necessário ao cumprimento das atividades acadêmicas. Hélio Duarte foi um arquiteto referencial do período, que produziu uma série de modelos de projetos escolares, conhecidos como Escola-Classe-Escola-Parque, baseados na obra do pedagogo Anísio Teixeira. Sua orientação modernista possibilitou contribuições formais e programáticas às edificações de ensino, até então inéditas na realidade brasileira, tais como a criação dos programas de pós-graduação, os trabalhos de graduação interdisciplinar e a flexibilidade espacial para as edificações, possibilitando diversos arranjos do mobiliário e a previsão de salas de uso múltiplo (DUARTE, 2009).

---

<sup>10</sup> Posteriormente, estas se unificaram, objetivando a criação de uma universidade estadual, e deram origem à Faculdade Catarinense de Filosofia.



Figura 7: Fazenda Assis Brasil, localizada no Bairro da Trindade (PDF-DG, 1998).

A partir destas considerações, o campus foi implantado em uma área distante 8 km do centro urbano, pouco populosa e nitidamente rural (UFSC, 1964). Esta área correspondia à Fazenda Assis Brasil, antiga freguesia do século XIX, localizada no bairro da Trindade<sup>11</sup>. A fazenda situava-se a leste do Morro da Cruz, uma importante referência geográfica da cidade (PDF-DG, 1998). O projeto urbanístico inspirou-se no padrão norte-americano de *campus universitário*, com configuração nitidamente modernista – como o são, no Brasil, outros campi construídos neste período, quando as ideias dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) defendiam os princípios de cidade funcional, manifestos na Carta de Atenas<sup>12</sup>. Além da funcionalidade, o projeto vinculou-se aos princípios modernistas ao definir uma área autônoma em relação ao entorno urbano: o tratamento das edificações, funcionalmente concebidas, deu-se como unidades isoladas na paisagem, e os espaços públicos receberam tratamento paisagístico diferenciado. Duarte e Mange, autores do projeto, consideraram que todo o campus seria um parque contínuo, passível de ser edificado, interceptado por ruas para automóveis e pedestres, que interligariam as edificações.

No entanto, do projeto urbanístico de Duarte e Mange, implementou-se, em parte, apenas o núcleo central do campus – o traçado viário, as principais edificações (a Reitoria e o antigo Ciclo Básico, atual Centro de Comunicação e Expressão – CCE) e a praça central. Nestas primeiras edificações, observam-se algumas das características da Arquitetura Moderna: a redução de ornamentos, a simplificação volumétrica, a racionalização construtiva, a utilização de amplos planos envidraçados, a modulação estrutural, a racionalidade na distribuição de usos e funções. O fato de o projeto não ter sido executado totalmente, impossibilitou a independência do campus em relação ao entorno urbano, uma vez que o conjunto universitário reunia apenas serviços básicos (tais como refeitórios, lanchonetes, farmácias, xerox, papelarias), insuficientes para atender à demanda. Em 1960, fundou-se a Faculdade de Engenharia, contribuindo para acelerar os esforços construtivos para a expansão do campus, a partir deste núcleo central. As edificações

<sup>11</sup> O bairro da Trindade era um ponto estratégico para acessar os distritos situados ao norte e a leste da ilha.

<sup>12</sup> A Carta de Atenas é o manifesto urbanístico resultante do IV CIAM, realizado em Atenas em 1933, que defendeu o conceito de cidade funcional, e teve como principal representante o arquiteto francês Le Corbusier. A carta defendia a separação das áreas residenciais, de lazer e de trabalho, e propunha edificações em altura, inscritas em áreas verdes. Seus princípios influenciaram o desenvolvimento das cidades europeias após a 2ª Guerra Mundial e, no Brasil, a criação do Plano Piloto de Brasília, por Lúcio Costa, que inspirou outros projetos urbanísticos no mesmo período (IPHAN, 2015).

construídas a partir deste período não mantiveram, entretanto, a unidade, pretendida inicialmente nos exemplares de Arquitetura Moderna (Reitoria e Ciclo Básico).

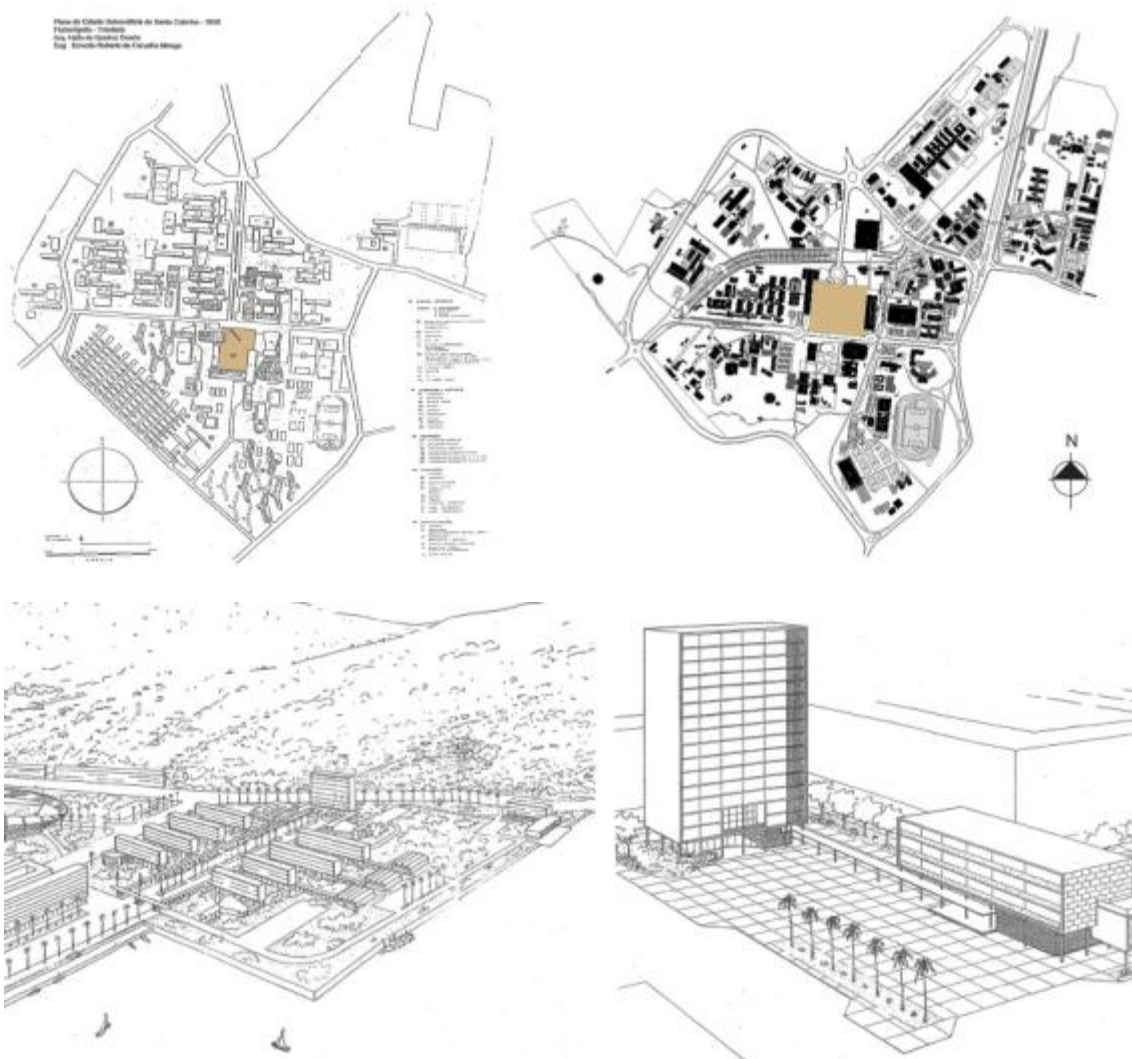


Figura 8: 1) Acima: projeto de Duarte e Mange, para o conjunto universitário, de 1956; 2) Abaixo: perspectivas do projeto de Duarte e Mange para o campus (PDF-DG, 1998). Observe-se que a Praça da Cidadania existia desde o projeto inicial.

Atualmente, o campus possui um zoneamento definido em 11 setores de planejamento, propostos desde o Plano Diretor de 2005: *Eixo Central; Prefeitura; Saúde; Tecnológico; Desportivo; Humanidades; Econômico Jurídico; Exatas; Colégio de Aplicação; Renovação; Moradia Estudantil*. A setorização objetiva orientar estratégias para a futura expansão do campus, ordenando cada agrupamento setorial, de modo a garantir a compatibilidade nas formas de uso e ocupação do solo, bem como a sustentabilidade urbana, em longo prazo. Entre as principais razões para a importância de seu conjunto edificado, tem-se a atratividade que a universidade exerce sobre a região, a demanda por bens e serviços que suas atividades demandam, e os fluxos regionais e intraurbanos, que são por ela desencadeados (PDF-DG, 1998). As edificações estão agrupadas, nos setores, por compatibilidade funcional, definindo os Centros de Ensino do campus: *Centro de Ciências Biológicas (CCB); Centro de Comunicação e Expressão (CCE); Centro de Ciências Jurídicas (CCJ); Centro de Ciências da Saúde (CCS); Centro de Desportos (CDS); Centro de*



*Ciências da Educação (CED); Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH); Centro Sócio-econômico (CSE); Centro Tecnológico (CTC) e Centro de Convivência Universitária (CVU).*

Relativo à sua integração com o entorno urbano, considerando a conectividade entre centro-campus, tem-se que, após cruzar a ponte Pedro Ivo Campos (no sentido continente-ilha), a via se bifurca em sentido norte (Av. Gov. Irineu Bornhausen e SC-401) e em sentido sul (Av. Gov. Gustavo Richard), configurando dois trajetos periféricos ao centro urbano. A partir destes trajetos, as Av. Prof. Henrique da Silva Fontes e R. Dep. Antônio Edu Vieira conformam um anel viário limítrofe ao campus, configurando vias de fluxo intenso e constante. O caráter expresso deste anel viário, tangenciando o campus, afirma sua característica de axialidade. Neste anel, o fluxo gera, em parte, uma barreira físico-espacial para o fluxo de pedestres, entre um lado e outro da via. Isto é particularmente crítico no trecho em frente ao campus, onde se concentra uma série de estabelecimentos comerciais (restaurantes, bares, copiadoras, lojas de autopeças). A Prefeitura Universitária localiza-se tangencialmente a este anel viário, em uma área independente ao perímetro principal do campus.

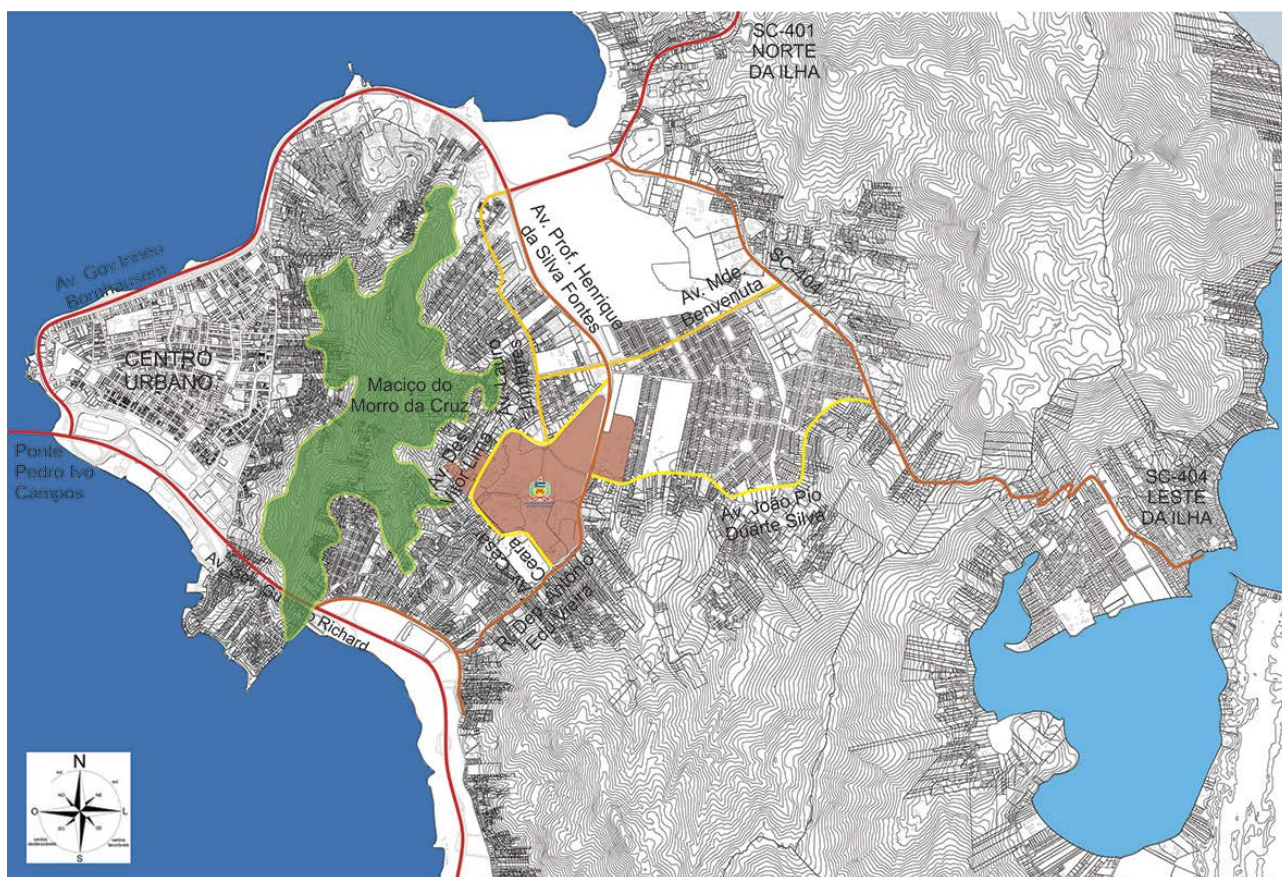


Figura 9: principais vias e rodovias de acesso ao campus (elaborado pela pesquisadora).

As duas vias, de importância representativa para a acessibilidade ao anel viário, são a Av. Madre Benvenuta e a Av. Cap. Romualdo de Barros. Na primeira, concentram-se equipamentos de maior porte, tais como shopping center, igreja, escolas e centro de ensino. Na segunda, há uma série de serviços voltados ao público universitário (que residem em número considerável nos bairros da Carvoeira e Serrinha), tais como restaurantes, bares, padarias, minimercados. Ao longo da Av. Lauro Linhares, concentra-se uma diversidade de atividades e serviços que atendem, principalmente, ao público universitário residente no bairro da Trindade. Os dois acessos

secundários localizam-se a leste e a oeste do perímetro do campus, na R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira. Esta via intercepta o campus de fora a fora, e possui uma definição espacial precisa, com faixas de rolamento asfaltadas, duplo sentido de fluxo e área linear para estacionamentos, em paralelo ao sentido da via. O acesso sul, embora representativo, não está consolidado, devido a grande utilização do principal eixo de acesso, na R. Lauro Linhares. Os acessos leste e oeste podem ser qualificados para se tornar acessos de importância semelhante ao acesso norte, num planejamento em longo prazo.

A R. Lauro Linhares (caminho histórico da Trindade) é o principal eixo de acesso, e foi concebido, desde a fundação do campus, como o principal acesso peatonal. Atualmente, boa parte dos pedestres ainda prioriza este acesso. Próximo a ele, encontram-se o Hospital Universitário, a Igrejinha da UFSC e a Praça Santos Dumont, importantes referências urbanas (PDC, 2005). O eixo configura um corredor verde urbano, possui arborização consolidada. É marcado por uma colunata de palmeiras e por espécies arbóreas de valor ornamental, que tornam a ambiência ao nível do observador bastante significativa. As laterais do eixo possuem forrações com gramíneas, maciços arbustivos e conjuntos arbóreos. Finalizando a sua perspectiva visual, localiza-se a Praça da Cidadania, a praça central do campus. A axialidade deste acesso reforça a centralidade atribuída à praça, que recebe destaque devido à privilegiada localização.



Figura 10: 1) rótula de acesso ao campus, pela R. Lauro Linhares; 2) perspectiva do principal eixo de acesso; 3) Praça da Cidadania, na área central do campus.

A praça foi projetada por Roberto Burle Marx, em 1970, como parte de um Plano Paisagístico Global para todo o campus (PD-CT, 2010). O Plano Paisagístico Global possuía a praça como elemento articulador, localizada no centro do campus, a partir da qual partiam caminhos que interligavam os diversos setores acadêmicos e administrativos da UFSC. No entanto, do projeto original, executou-se somente a Praça da Cidadania, que, embora tenha sido projetada neste período, foi inaugurada apenas em 1992. A praça possui dimensões aproximadas de 150m x 150m. É uma ampla área livre, se comparada aos demais espaços públicos do campus, composta por ajardinamentos e por uma esplanada pavimentada em petit-pavé (pedra portuguesa). A esplanada reforça o seu caráter monumental. Sua localização reforça a característica de ponto nodal, transformando o espaço, inicialmente composto por edificações desconexas, em uma praça articulada e plurifuncional. A praça foi projetada como ponto de encontro, lazer, extensão, entre a comunidade universitária e o público externo, tendo como características (SANTOS, 1999):

- Formação de uma extensa paisagem, conferindo à praça o caráter de monumentalidade;
- Definição de um amplo espaço emoldurado por edificações, reforçando o caráter de centralidade;



- Conformação de um espaço simbólico, relacionado ao poder político-administrativo da universidade, com destaque a edificações representativas, tais como a Reitoria e o CCE.
- Geometrização dos desenhos de piso, pondo em destaque o plano horizontal da ampla esplanada;
- Emprego de espécies arbóreas, acentuando a dimensão da verticalidade;
- Oposição entre espécies verticais e rasteiras;
- Repetição espécies, a fim de ressaltar suas qualidades essenciais.



Figura 11: Ajardinamentos da Praça da Cidadania: 1) canteiros ornamentais; 3) Principal canteiro em frente à Reitoria; 4) canteiros ornamentais, localizados em frente à Reitoria.

A Praça da Cidadania foi, desde o início, o ponto marcante da proposta de Burle Marx, que considerou a edificação existente da Reitoria, propondo uma praça cívica em frente à edificação, no local onde originalmente era um local de circulação de pedestres, ônibus e carros (NECKEL; KÜCHLER, 2010). Com a sua proposição, pretendia-se recuperar o sentido de percurso, interligando espaços fragmentados do campus, especialmente aqueles localizados no eixo central. As edificações no entorno da praça sediam formaturas, congressos, seminários e eventos. A praça está delimitada, à leste, pela Reitoria, à oeste pelo Centro de Comunicação e Expressão (CCE) e pelo Centro de Convivência (CC), à norte pelo Templo Ecumênico, e à sul pelo Centro de Cultura e Eventos (CE) e o Restaurante Universitário (RU). Destas, as mais antigas são a Reitoria e o CCE (antigo Ciclo Básico), que datam de 1960. Na paisagem da praça, é marcante a horizontalidade definida pela volumetria destas duas edificações que, embora não tenham sido executadas conforme o projeto de Duarte e Mange, preservam as características modernistas por eles propostas. Estão localizadas de frente uma para a outra, voltadas ao centro da esplanada. Ambas, tendo parte de seus pavimentos térreos com área livre sob pilotis e amplo hall central, acolhem as funções culturais e de convívio, além de atividades de administração e ensino.

Dentre as edificações, a que possui maior permeabilidade é a Reitoria, na qual o amplo acesso, envidraçado, relaciona o hall central interno com os espaços externos. A ampla extensão da fachada principal, se comparada às demais edificações, contribui para delimitar a praça à leste. A edificação é composta por um volume térreo e um volume recuado de três pavimentos. Este recuo reforça a horizontalidade do volume térreo, que conta com auditório e hall de exposições, com funções administrativas, culturais e de convívio. A fachada possui uma grande abertura central, reforçando a permeabilidade com a praça. A existência desta abertura envidraçada (sendo o restante da superfície um plano sem aberturas), induz à concentração e atividades imediatamente em frente ao acesso. A concentração de atividades socioculturais, no hall central da Reitoria, promove funções de uso voltadas à comunidade universitária, divulga as iniciativas dos Centros de Ensino, e possibilita o intercâmbio cultural entre as distintas áreas do conhecimento. Em frente

à edificação, a praça configura um largo político-democrático. A fachada principal possui um extenso painel-mural, de múltiplas tonalidades cromáticas, confeccionado por renomado artista local, Rodrigo de Haro. Embora de representativo valor artístico e simbólico, este não segue o estilo arquitetônico da edificação modernista.



Figura 12: 1) edificação da Reitoria, à leste da praça; 2) edificação do CCE, à oeste; 3) Delimitação da Praça da Cidadania, com a representação volumétrica de ambas edificações.

O Centro de Comunicação e Expressão (CCE), de porte e estilo arquitetônico semelhante à Reitoria, reforça a hierarquia desta edificação na paisagem da praça, confirmando o seu simbolismo enquanto marco histórico. A edificação do CCE está preservada de acordo com a sua construção, em 1960, não havendo intervenções posteriores, tal como o mosaico, na Reitoria. Assim como a Reitoria, seu volume é marcado pela horizontalidade e ampla extensão, sendo perceptível a sua delimitação espacial na face oeste da praça. Possui amplas aberturas envidraçadas e, como um diferencial, possui uma galeria frontal que configura um espaço aberto-coberto bastante utilizado. Entretanto, o espaço em negativo da galeria reduz a nitidez dos limites espaciais entre interior-exterior: o público se concentra ora na galeria, ora nos espaços abertos em frente à edificação, impactando os ajardinamentos existentes devido ao trânsito constante de pedestres, que ocorre em múltiplas direções. Isto faz com que a maior parte das superfícies gramadas, em frente à edificação, estejam com o solo exposto e com aspecto de desgaste. O fato de que não haja mobiliário urbano em quantidade suficiente para a demanda, em frente à edificação, também contribui para prejudicar as condições de permanência no local.

De modo geral, a ampla esplanada da praça permite perspectivas com profundidade de visão. Facilita a identificação das distâncias a serem percorridas, e gera visuais panorâmicas em todas as direções, identificando-se, desde o ponto central, os principais limites espaciais. Os valores formais impressos na Praça da Cidadania, a partir do desenho paisagístico de Burle Marx, atestam a qualidade de suas ambiências. Seus ajardinamentos definem um cenário visual no qual a vegetação é um elemento compositivo, e simboliza o modelo de praça ajardinada do período modernista. Uma questão fundamental na proposta foi a humanização de seus espaços, voltando as atenções para o cuidado com as edificações, os espaços públicos e os ajardinamentos. Atualmente, não há um espaço ou elemento em destaque na praça, no entanto é nítida a hegemonia da esplanada em relação aos demais espaços, acentuando a monumentalidade e extensão que lhe são atribuídas. Embora não hajam eixos, simetrias ou repetições rítmicas estabelecidos, a composição dos ajardinamentos e a pavimentação em pedra portuguesa, revestindo, uniformemente, quase toda a sua extensão, contribuem para definir a praça como um espaço de centralidade e convergência, no cotidiano do Campus da UFSC.





Figura 13: Praça da Cidadania.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campus universitário foi um padrão originado na Europa, e reinterpretado, posteriormente, no contexto norte-americano, que influenciou a configuração de universidades brasileiras. Atualmente, define uma paisagem marcada pela setorização das edificações e pelo desenho paisagístico dos espaços públicos, com ambiências privilegiadas à realização de atividades acadêmico-científicas. Antes de sua conceituação, não existia nenhum exemplo de cidade totalmente planejada, que reproduzisse as características das cidades tradicionais, porém em um território delimitado, voltado especificamente ao ensino e à pesquisa. No padrão de campus universitário, a pluralidade funcional, a diversidade da comunidade universitária e o caráter democrático dos espaços, contribuem para fortalecer as relações sociais e são fundamentais na formação da cidadania. Seu padrão congrega edificações e espaços públicos.

Atualmente, as universidades objetivam à democratização do ensino e à qualificação de seu espaço físico. Por congregar a comunidade universitária, os espaços públicos do campus recebem especial atenção nas estratégias de planejamento e gestão da universidade. O fato de que concentre inúmeros saberes, e esteja constantemente produzindo e atualizando conhecimento, distingue o campus como um espaço pioneiro para a formulação de padrões orientados à qualidade da paisagem urbana. O campus define uma centralidade urbana, cuja polaridade contribui para movimentar as dinâmicas da região onde se insere. Como centralidade urbana, atua, no tecido disperso, fragmentado e difuso das cidades contemporâneas, como elemento de articulação, favorecendo o seu ordenamento.

No Brasil, evidenciou-se a implementação tardia das instituições de ensino superior, comparativamente aos referenciais estrangeiros. No século XVIII, durante o Período Imperial, as primeiras universidades brasileiras receberam influência européia e, somente no auge do Movimento Moderno, em meados do século XX, o impulso modernizante norte-americano influenciou a criação de novas universidades. O projeto urbanístico para o Campus da UFSC, elaborado por Duarte e Mange, é um marco histórico deste período. Na época em que foi elaborado, os movimentos sociais protagonizaram uma série de acontecimentos políticos, que resultaram na progressiva democratização do ensino, promovendo a criação de novas universidades. Desde então, evidencia-se a consolidação progressiva do ensino superior no país,

no qual a implementação de universidades tornou-se uma das principais pautas da política nacional de educação, e as produções acadêmico-científicas recebem crescentes investimentos.

Atualmente, no padrão de campus universitário, a pluralidade funcional, a diversidade da comunidade universitária e o caráter democrático de seus espaços, contribuem para fortalecer as práticas de sociabilidade. Seu padrão congrega edificações e espaços públicos em um único território, favorecendo a coesão da comunidade universitária. O projeto urbanístico do Campus da UFSC foi desenvolvido a partir dos princípios de “cidade funcional”, apresentados nos principais congressos internacionais de Arquitetura Moderna do período, que resultaram em documentos referenciais. A sua expansão gradual, entretanto, sem o planejamento total do conjunto, reforça atualmente a necessidade de definir parâmetros para a expansão construtiva, bem como para consolidar a Praça da Cidadania como um importante espaço público do campus, devido à sua posição de destaque. Acredita-se, por fim, que o sistema de espaços públicos, considerado a partir da percepção que se estabelece ao percorrê-los, pode resultar na experiência plena do campus, ao promover padrões espaciais que possibilitam a apropriação dos espaços de uso coletivo, e definir ambiências adequadas à sociabilidade e à formação da cidadania. Também, entende-se que o planejamento dos campi se enquadra em uma política de desenvolvimento urbano e regional, cujas ações objetivam garantir a qualidade da paisagem urbana.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATCON, R.P. *Administração Integral Universitária*. Ministério da Educação e Cultura / Programa de expansão e melhoramento das instalações de ensino superior – PREMESU (ex CEPES), MEC/BID. Rio de Janeiro, 1974.

CAMPÊLO, M. *Campus no Nordeste: Reforma Universitária de 1968*. Tese (Doutorado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo – FAUUSP). São Paulo, 2012.

GARBOGGINI, F.B. *O potencial dos espaços abertos na qualificação urbana: uma experiência piloto na Cidade Universitária Zeferino Vaz*. Tese de Doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

IPHAN, 2015. Acesso em dez/2015. <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>

MEC, 2015. Ministério da Educação (MEC). Acessado em dez/2015. <http://www.mec.gov.br/>

NECKEL, R.; KÜCHLER, A.D.C. *UFSC 50 anos: trajetórias e desafios*. Universidade Federal de Santa Catarina. Editora da Universidade. Florianópolis, 2010.

NEIL, E.E. *Open space for the public: an evaluation of designed open spaces on urban university campuses*. Master of Landscape Architecture. School of Landscape Architecture, University of the South, 2002.

OLIVEIRA, T. *Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional*. VARIA HISTORIA, Belo Horizonte, vol. 23, nº 37: p.113-129, Jan/Jun 2007.

PINTO, G.A.; BUFFA, E. *Arquitetura e Educação: câmpus universitários brasileiros*. São Carlos: EDUFSCar, 2009

SÁ MOTTA, R.P. *As universidades e o Regime Militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.

SANTOS, C.F. *Campo de producción paisajística de Roberto Burle Marx – El jardín como arte público*. Universidad Politécnica de Madrid. Mestrado no Departamento de Composição Arquitetônica, 1999.

SCHWARTZMAN, S. Brasil: *Oportunidade e Crise no Ensino Superior*. Publicado originalmente como "Brazil: Opportunity and Crisis in Higher Education", Higher Education 17, 1, 1988.

UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). *Boletim Informativo*. Ano IV, nº 07, 1964.

UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). *Plano Diretor Físico: Diagnóstico Geral*. PDF-DG, 1998. Comissão do Plano Diretor Físico. Florianópolis, 1998.

UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). *Plano Diretor do Campus da UFSC: Diretrizes e Proposições*. PDC, 2005. Comissão Permanente de Planejamento Físico. Florianópolis, 2005.

UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). *Plano Diretor do Campus Universitário da Trindade. Revisão conceitual, definições urbanísticas e ambientais*. Versão Preliminar para debate com a sociedade. PD-CT, 2010. Coordenadoria de Planejamento. (COPLAN). Florianópolis, 2010.

WEBER, S. *Marcas da Reforma Universitária de 1968 e novos desafios para a universidade brasileira*. Estudos de Sociologia. Rev. do Progr. de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, v. IS. n. 2, p. 121 – 136. 2009.

Leis e Decretos:

- Decreto 2.306/1997: Lei nº 1.310 <http://www.cnpq.br/web/guest/lei-1310>
- Decreto nº 29.741: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-29741-11-julho-1951-336144-norma-pe.html>
- Decreto nº 73.411: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-73411-4-janeiro-1974-421858-publicacaooriginal-1-pe.html>
- Lei de Diretrizes Básicas da Educação, Art. 52 [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm)